

PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXÉU

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 de 2

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXÉU

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.513.838,13	2.572.212,88	PESSOAL E ENCARGOS	4.153.862,64	3.091.310,05
IMPOSTOS	2.444.661,04	2.523.367,80	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	3.128.372,24	2.628.765,16
TAXAS	69.177,09	48.845,08	ENCARGOS PATRONAIS	1.014.504,61	462.544,89
CONTRIBUIÇÕES	0,00	3.532,10	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCAF	10.985,79	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	3.532,10	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	119.871,96	60.838,05
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	305,93	0,00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	119.871,96	60.838,05
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	305,93	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2.894.415,99	3.184.876,50
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	40.040,65	42.110,38	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	234.699,77	84.460,18
JUROS E ENCARGOS DE MORA	7.284,29	1.499,43	SERVIÇOS	2.658.127,39	3.098.564,94
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	32.756,36	40.610,95	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.588,83	1.851,38
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	15.309.191,74	15.772.883,69	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	264.384,77	165.165,95
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	1.980,00	JUROS E ENCARGOS DE MORA	264.384,77	114.593,86
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	15.309.191,74	15.770.713,69	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	50.572,09
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	190,00	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	9.581.029,75	9.347.608,20
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA	0,00	188.363,74	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	9.512.979,67	9.237.508,96
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	11.506,90	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00	3.038,29
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	176.856,84	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	68.050,08	107.060,95
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.770,20	0,00	TRIBUTÁRIAS	371.838,37	393.412,89
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.770,20	0,00	CONTRIBUIÇÕES	371.838,37	393.412,89
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	17.865.146,65	18.579.102,79	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	36.297,49	0,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	36.297,49	0,00
TOTAL	17.865.146,65	18.579.102,79	TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	17.421.700,97	16.243.211,64
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	443.445,68	2.335.891,15
			TOTAL	17.865.146,65	18.579.102,79



PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXÉU

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXÉU

Exercício de 2017

2 de 2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	262.541,28	1.433.328,95
INVESTIMENTOS	262.541,28	1.433.328,95
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	577.788,35	430.216,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	577.788,35	430.216,45





NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

A Prefeitura Municipal de Xexéu é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando entidade máxima de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

Criado oficialmente como município por força de Lei Estadual Nº 10.621 de 01 de outubro de 1991, a Prefeitura Municipal surgiu inscrita sobre o CNPJ 11.289.929/0001-48, estando atualmente localizada na Avenida Mário Melo, 40, Centro de Xexéu, representando entidade máxima na administração pública no referido município, sendo a sede do poder executivo.

Atualmente, segundo dados do IBGE de 2010, o município de Xexéu conta com 14.093 habitantes. Nesse cenário a Prefeitura Municipal é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência.

Mais importante que a função reguladora e disciplinadora em nosso município, a Prefeitura Municipal tem a função de criar o bem-estar da população, oferecendo a todos sem distinção o acesso a serviços públicos de educação, saúde, assistência social, cultura, cuidar e proteger a infraestrutura arquitetônica e ambiental do município, mediante ao ordenamento e planejamento territorial.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexeu.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral da Prefeitura de Xexéu integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Xexéu e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de



Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei Nº 250/2013 de 14/11/2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017;

Lei Nº 276/2016 de 29/09/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017;

Lei Nº 281/2016 de 29/11/2016, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Xexéu para o exercício de 2017;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexeu.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Integrado de Contabilidade Pública – SCIP em todos os órgãos do município. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atenderam as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral da Prefeitura Municipal, referente ao exercício financeiro de 2017 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.



Créditos a Curto Prazo

Créditos são valores a receber integrantes do ativo, que são reconhecidos como resultado da confirmação das características essenciais para reconhecimento como ativo. No contexto, são oriundos de tributos a receber (reconhecidos no momento do lançamento fiscal).

Dívida Ativa - Curto e Longo Prazos

A segregação da dívida ativa em curto e longo prazos foi realizada mediante a metodologia sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa.

Dívida Ativa - Ajuste a Valor Recuperável

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se no ajuste a valor recuperável a técnica sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, baseada no histórico de recebimentos passados.

Ativo Imobilizado

A Ativo Imobilizado é avaliada inicialmente segundo seu custo de aquisição, estando em processo uma reavaliação de seus itens.

Depreciação, Amortização e Exaustão

Os ativos imobilizados adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2014 foram depreciados de acordo com o MCASP, o método de depreciação refletiu o padrão em que os benefícios econômicos futuros potenciais de serviços do ativo devem ser consumidos pela entidade. Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para alocar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil, não sendo exigido que todos os bens sejam avaliados pelo o mesmo método, portando o método utilizado foi de cotas constantes, que se utiliza de taxas de depreciação durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. Os bens adquiridos anteriormente à data base de início da depreciação somente terão iniciada a depreciação/amortização/exaustão quando forem reavaliados.

Estoques

Estoques são ativos sob forma de materiais ou suprimento a serem consumidos no processo de produção ou empregados na prestação e serviços e, ainda, os mantidos para venda ou distribuição no curso normal das operações do município. No reconhecimento inicial, os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, custo de produção ou custo de construção, devendo ser computados ou outros custos incorridos necessários para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. O critério contábil para elaboração deste balanço, está relacionado a ultima aquisição de material de consumo datado no último dia útil do exercício de 2017, reconhecendo, assim, que o almoxarifado confirma a entrada deste material. Valendo destacar, que o município não há sistema de controle de estoque.

BALANÇO PATRIMONIAL

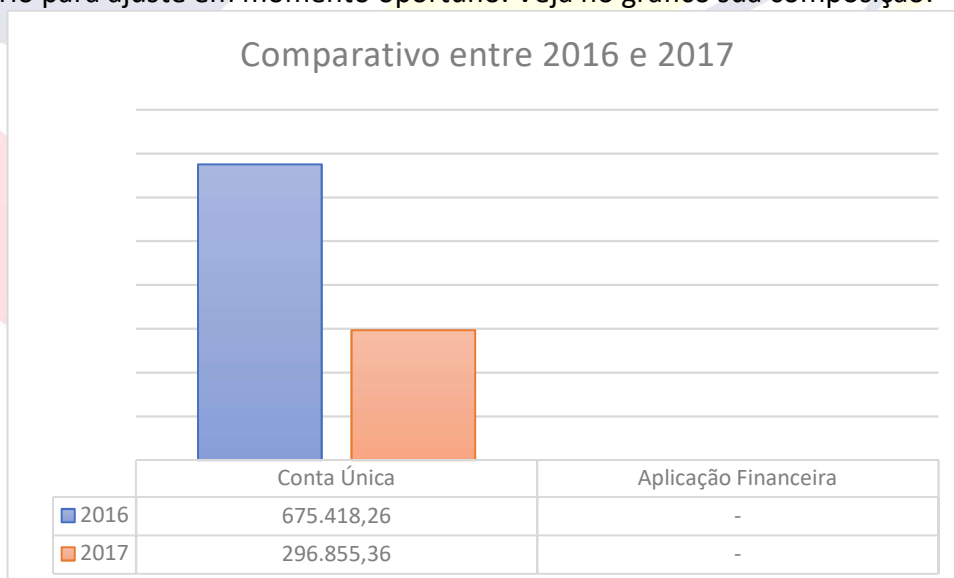


O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do município em 31 de dezembro de 2017. Mediante sua observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido) deste Ente da Federação.

Por exigência dos novos modelos da Secretaria do Tesouro Nacional e do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, convencionou-se que os ativos se segregam em circulante e não-circulante. Por outro lado, firmou-se que os passivos se segregam também em circulante e não-circulante. Por fim, são também apresentados o Patrimônio Líquido e o grupo de contas de compensação.

1. Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa

Essa conta compreende o somatório dos valores em bancos conta movimento, aplicações, fundos de aplicação e poupança. Os valores são conciliados e os valores em não conformidade são registrados em relatório próprio para ajuste em momento oportuno. Veja no gráfico sua composição:



2. Ativo Circulante – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, e Outros Créditos a receber, com a seguinte disposição:

Conta	Valor
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 16.558,21
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	R\$ 2.299,18
Total de Créditos a Curto Prazo	R\$ 18.857,39

3. Ativo Não Circulante – Ativo Realizável – LP



A conta Créditos a Longo Prazo é representada pela Dívida Ativa Tributária do Município, que é constituída por impostos vencidos e não pagos no exercício, compreendendo Principal, Juros, Multa e Correção Monetária.

Os créditos inscritos em Dívida Ativa, embora gozem de diversas prerrogativas jurídicas que ampliam significativamente as possibilidades de cobrança, apresentam por certo, grande probabilidade de conterem em sua finalidade créditos que não se realizarão. Em 2017, foram realizados, por parte do setor de tributação, ajuste de perdas para essa dívida, para melhor evidenciar o patrimônio público municipal.

Dívida Ativa	Valor
<i>Dívida Ativa Tributária</i>	<i>R\$ 1.880.269,27</i>
Total de Dívida Ativa do Município	R\$ 1.880.269,27

4. Ativo Não Circulante – Imobilizado

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

O Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação no setor público, com adoção de forma obrigatória para os fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2010, conforme disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.9.

No exercício de 2017 o setor de patrimônio do município cursa um levantamento de todos os bens móveis e imóveis do município, seu cadastro cartográfico e posterior registro no sistema integrado de contabilidade, que trará os valores reais ao Balanço. Diante do grande volume de bens móveis e imóveis a serem reavaliados e com base na NBC T 19.6, não foi possível concluir a reavaliação de todos os bens da mesma conta, sendo que esse registro será feito ao término da reavaliação.

Conta	Valor
Bens Móveis	R\$ 3.287.549,18
Bens Imóveis	R\$ 10.460.481,03
Total do Imobilizado	R\$ 13.744.430,70

5. Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – CP

Esta conta compreende as obrigações a vencer ao longo dos doze meses subsequentes a data do balanço, nesse exercício foram contabilizadas as provisões.



5.1. Passivo Circulante – Fornecedores e Contas a Pagar – CP, e Demais Obrigações – CP

O grupo **Pessoal a Pagar** é compreendido as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito.

O grupo **Encargos sociais a Pagar**: Compreende as obrigações das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus servidores, empregados e familiares, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais.

O grupo **Fornecedores e Contas a Pagar – CP**, é representado pelos diversos empenhos liquidados, cujo vencimento se dará no exercício subsequente, anteriormente denominados de “Restos a Pagar Processados”. Compreende também parcela a vencer, de Precatórios a pagar, reclassificados do Longo Prazo para o Curto Prazo e contrapartida do Ativo Circulante, relativos aos depósitos efetuados em conta vinculada ao TJ/PE, que aguardam informações de pagamentos para futura baixa contábil.

O grupo **Demais Obrigações a CP** é composta pelas contas de Consignações, Depósitos Cauções, Outros Depósitos, Outros Valores Restituíveis, outras obrigações de Exercícios Anteriores e Outras obrigações a CP.

Conta	Valor	
<i>Pessoal a pagar</i>	R\$	26.887,55
<i>Encargos Sociais a pagar</i>	R\$	189.296,36
<i>Fornecedores a pagar</i>	R\$	763.219,47
<i>Demais Obrigações a curto prazo</i>	R\$	554.884,88
Total do Passivo Circulante	R\$	831.249,38

6. Passivo Não-Circulante

O passivo não -circulante compõe com contas de obrigações que não tem natureza financeira, nos termos da Lei nº. 4.320/64, e, ao mesmo tempo, atendem à definição de longo prazo (LP), nos termos da NBC T 16.6, tais como: Pessoal e Encargos a Pagar de CP, Fornecedor a Pagar de CP, Financiamento a Pagar de CP e Precatórios a Pagar de CP, todos ainda não empenhados, mas cujo fato gerador já incorreu fundamentado no princípio contábil da Competência.

O passivo não circulante monta em R\$ 2.174.921,84, sendo composto de parcelamento de dívida com:

Conta	Valor	
<i>INSS</i>	R\$	1.957.474,14
<i>FORNECEDORES</i>		R\$ 50.572,09
<i>Outros Tributos e Obrigações Federais a recolher</i>	R\$	166.875,61
Total do Passivo Não Circulante		R\$ 2.174.921,84



7. Patrimônio Líquido

O resultado acumulado no exercício foi superavitário de R\$ 12.231.202,62, sendo do exercício um superávit no valor de R\$ 443.445,68, Resultados de exercícios anteriores superavitário no valor de R\$ 11.787.756,94, esses resultados foram fortemente influenciados pelos ajustes de adequação da contabilidade aos moldes internacionais. Como relevante podemos citar as provisões de perdas com Dívida Ativa, bem como depreciações e registro de despesas por competência como 13º salário, férias, etc.

8. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

O quadro de Superávit/Déficit Financeiro corresponde ao valor que poderá ser usado para suplementar as despesas por superávit financeiro do exercício anterior, conforme previsto no inciso I, § 1º, Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964. A informação é apresentada por recurso vinculado.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2017, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadora municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

EUDO DE MAGALHÃES LYRA
Prefeito

JOVELINA QUITÉRIA SILVA DE LIMA
Responsável pelo Controle Interno

VITÓRIA S. F. NUNES DE OLIVEIRA
Contadora CRC PE nº 025912/O-0